



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

O USO DOS CELULARES E A PARTILHA DE ATENÇÃO EM ESPAÇOS PÚBLICOS: ALGUMAS REFLEXÕES

The use of cell phones and the sharing of attention in public spaces: some reflections

Uso de teléfonos móviles y reparto de atención en el espacio público: reflexiones

Kárita Cristina Franciso

Universidade Nova de Lisboa
karitafranciso@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho visa reflectir a respeito do uso das tecnologias móveis em espaços públicos, nomeadamente, os celulares. Apresenta estudos de diversos países com a preocupação da invasão do espaço público por esta tecnologia da comunicação e os sentimentos gerados nos utilizadores e nos co-presentes, que partilham este espaço no momento da comunicação.

Palavras-chave: Espaço público – celular – co-presença

Resumen

Este trabajo pretende reflexionar sobre el uso de las tecnologías móviles en espacios públicos, incluyendo los teléfonos celulares. Presenta estudios de varios países con la preocupación de la invasión del espacio público por esta tecnología de comunicación y los sentimientos generados en los co-usuarios y en los presentes, que comparten este espacio en el momento de la comunicación.

Palabras-clave: Espacio publico- teléfono móvil – copresencia

Abstract

This work aims to reflect upon the use of mobile Technologies in public spaces, namely, the mobile phones. It presents studies from different countries concerned with the invasion of the public space by this technology of communication and the feelings generated in the users and also in the co-presents, who share the same space during the communication act.

Keywords: Public space – mobile phone – co-presence



1.0 CELULAR: UM NOVO CONTEXTO

Antigamente, quando se falava sobre o telefone, logo se pensava numa pessoa fisicamente ao lado de um telefone fixo em casa ou no trabalho. Este telefone, possivelmente estaria sobre uma mesa, uma estante, uma escrivaninha, com um espaço próximo para a lista telefônica e uma cadeira ou banco para que a pessoa ao atender ou realizar uma ligação pudesse se sentar. O telefone era, assim, parte de uma localização geográfica estável, assim como a cor e o formato do aparelho deveriam condizer com um contexto mais amplo, seja o da sala de estar ou do escritório ou outro (Ling, 2001).

O ato de telefonar e a localização do telefone era um conceito praticamente único. Ao atender uma ligação, o indivíduo que a recebia ou a realizava já tinha uma ideia de quem era a audiência em torno daquele cenário: irmãos, amigos, pais, entre outros (Ling, 2001).

Com o celular, entretanto, o cenário se altera. Na verdade, não há um cenário fixo, pois o indivíduo pode estar em qualquer lugar e pode também atender ou realizar uma ligação quase que em todos os lugares. Desta forma, uma pessoa não necessita mais “ir atender o telefone”, pois ele já está lá, à mão, facilmente acessível. Por outro lado, a invasão por parte das conversas pelo celular pode alcançar muitos mais lugares antes sequer imaginados com a telefonia fixa.

Todo este alcance pode proporcionar muito mais conforto e comodidade para os cidadãos, por outro lado, traz consigo toda uma carga de inquietações e desconforto à medida que essas tecnologias móveis, em especial, invadem o espaço público. Num mesmo espaço pode-se encontrar pessoas com Ipods, MP3 players ou mesmo celulares num volume audível mesmo aos que não estão perto, isto sem falar no fato daqueles jovens ou mesmo adultos que insistem em ouvir música em seus celulares sem os fones de ouvido.

Há ainda as ligações recebidas em locais públicos em que as pessoas contam fatos de suas vidas pessoais, fatos que a audiência próxima não está interessada em saber, mas que é obrigada a ouvir por não ter como se afastar ou sair daquele espaço, como no caso dos transportes públicos. Os toques dos celulares também não ficam aquém: há de tudo, desde sons estridentes a músicas inapropriadas e irritantes e a demora do indivíduo em atender ao celular e acabar logo com aquele incômodo.

Todas estas situações, seja num restaurante, numa praça, num cinema ou mesmo num metro ou ônibus consegue irritar ou pelo menos tirar as pessoas de um estado passivo de

tranquilidade. Assim, juntamente com as facilidades das tecnologias móveis vieram as dificuldades, principalmente quando falamos de espaços públicos e de bom senso por parte dos cidadãos.

Para Ling (2001) a cortesia, a etiqueta e as boas maneiras são elementos fundamentais para se lidar com situações difíceis, como o constrangimento. Comer em um restaurante ou simplesmente estar em um estabelecimento público exige que uma pessoa siga um certo conjunto desses tipos de normas. A cortesia é o código dos dispositivos que mostra aos outros que se tem uma confiança social e equilíbrio. O uso destes dispositivos permite que se movimente pelo arenoso terreno da interação social.

Da mesma forma, o uso das boas maneiras e da cortesia também são um reflexo de como determinada pessoa deseja ser tratada. E isto não é feito de maneira isolada, mas sim, desenvolvido na relação com os outros (Ling, 2001).

2. O ESPAÇO PÚBLICO

Um dos dilemas fundamentais do século 20 foi o poder esmagador do estado e do mercado de interferir na vida para dominar o "privado". Em contrapartida, no século 21, o problema social emergente é visto como a erosão do "público" por meio de processos de outra forma considerados "privados" (Sheller and Urry, 2003:107).

Na esfera pública, as grandes corporações privadas cada vez mais têm a posse de instituições que outrora estavam sob o comando do Governo, como escolas, prisões, hospitais, sistemas de transporte, serviços postais, entre outros, levando a uma perda de controle democrático (Sheller e Urry, 2003).

Na visão de Sheller e Urry (2003:108) mais do que uma colonização da esfera pública pelos interesses privados, tem havido “uma desterritorialização mais complexa de público e privado, cada um deles constantemente se alterando e sendo realizados em flashes rápidos com menos espaços próprios.” Para os autores tem havido uma espécie de “hibridização” do público e do privado, de forma cada vez mais complexa e fluida do que se pensava anteriormente.

Neste trabalho vamos considerar o conceito de espaços públicos, definido por Sheller e Urry como:

[...] áreas e localidades, especialmente em vilas e cidades, fora do espaço privado da casa e do local de trabalho, onde as pessoas podem se reunir,

conviver e se organizarem de forma relativamente não regulamentada (2003:110).

Na verdade, o que percebemos por espaço público nada mais é que o oposto ao lar. “[...] Frequentemente pensamos em privado e público como sinónimos de casa e longe de casa” (Green e Haddon, 2009:53), com o espaço do lar e da família diferenciado do espaço que se partilha com estranhos.

Höflich (2006) pontua que, apesar dos espaços públicos terem uma base geograficamente respectiva, não podem simplesmente ser reduzidos a isso, pois eles são territórios sociais e não somente físicos. “Neste sentido, eles são espaços com significados; sua importância baseia-se no que as pessoas fazem nestes espaços e quais regras estão em vigor” (2006:24).

3. AS MÍDIAS E A ESFERA PÚBLICA

O poder transformador das novas mídias abrange muitas dimensões da vida social. As mais divulgadas são aquelas fronteiras significantes e tradicionalmente estabelecidas entre esferas distintas que estão sendo ofuscadas ou ultrapassadas. Estas incluem a fronteira entre trabalho e lazer, entre educação e entretenimento, entre local e global, entre produtor e consumidor, entre adultos e criança, e entre os cidadãos e consumidores (Livingstone, 2005:163).

Sonia Livingstone ressalta que a fronteira mais pertinente é entre o público e o privado. O discurso popular e acadêmico contém numerosas afirmações sobre o papel cambiante do ambiente das mídias na privatização do espaço público ou ao contrário, na extensão da esfera pública para a doméstica (2005:164).

As mídias estão associadas a uma história de ansiedade e ambivalência pública, frequentemente centrada nos efeitos privatizantes da sociedade. Ao traçar a longa história das "novas" tecnologias da comunicação, Flichy argumenta que os usos sociais do teatro e, em seguida, do cinema, do rádio, submeteram a uma transformação de uma ocasião pública para “audiência coletiva por justaposição de uma série de experiências individuais de escuta em privado”. Hoje assiste-se a uma transformação semelhante para a televisão, para o telefone e para o computador – do coletivo para o pessoal, do fixo para o móvel, da atenção focada para a casual (Livingstone, 2005:165).

Apesar da dificuldade em definir rigorosamente uma nova mídia, distinguindo-a de uma mídia tradicional, pode-se constatar que as inovações tecnológicas na área da informação e da comunicação atenuam a fronteira entre público e privado, provocando uma justaposição das duas esferas, realidade observável em diversas situações em que o uso do computador com acesso à Internet, por exemplo, faz a intersecção entre o interior e o exterior e estabelece fluxos bidireccionais de informação.

Um exemplo muito actual desta dissolução de fronteira entre o espaço público e o privado ou mesmo a personalização do espaço público pode ser observado com os iPods e celulares. Adultos, adolescentes e crianças cada vez mais penetram no espaço público munidos de seus aparelhos a fim de personalizarem um pouco aquele espaço, ou mesmo, evitarem o contacto com o “público”. São pessoas que escutam música, enviam mensagens de texto, acessam à internet em cafés, praças ou falam ao celular durante boa parte do tempo em que partilham um espaço comum.

Estas tendências são próprias da urbanidade e da inserção das novas TICs na vida das pessoas e a cada dia as pessoas moldam mais os espaços públicos a fim de acomodar suas experiências e identidade pessoal nestes locais.

Para Höflich (2006:20) quando as mídias saem do ambiente privado das casas e se movem para o espaço público, várias são as consequências. Por um lado, seu uso é moldado pelas influências naquele espaço público. Por outro, o uso das mídias também tem um efeito no espaço público. Isto implica que regras prévias de comunicação estão sendo afetadas e isto é o que acontece com o uso do celular.

4. OS ESTUDOS SOBRE OS CELULARES NO ESPAÇO PÚBLICO EM DIVERSOS PAÍSES

Muitos estudos têm sido realizados sobre o uso dos celulares em locais públicos como transportes, café, ruas por Richard Ling (Noruega), Ged Murtagh e Geoff Cooper (Reino Unido), Amparo Lasen (Espanha, Londres e Paris) e Mizuko Ito (Japão) e o que apontam é que os indivíduos ou grupos tentam sempre privatizar o espaço público que estão a habitar através de diversas estratégias, como o uso de pertences sejam eles eletrônicos ou não, numa tentativa de demarcação de espaço.

Num estudo de caso sobre o uso dos celulares em restaurantes na Noruega, Ling verificou que a censura dos celulares se relacionava com a intrusão audível no espaço dos outros, o que podia ser o resultado um toque ou de uma conversa alta. O celular, assim, viola as fronteiras simbólicas que têm sido ritualmente estabelecidas naquele espaço para distinguir o público e o privado. De acordo com Ling, o violador preenche o seu espaço e o de mais alguém (Ling, 2004 apud Green and Haddon, 2009:60).

Também num estudo posterior sobre o uso dos celulares no Japão, Ito (2005) verificaram que os jovens se sentiam mais à vontade em restaurantes menos formais ou das cadeias de *fast-food* para atender ao celular e conversar que em um restaurante mais sofisticado.

Ruas, praças, transportes públicos e cafés foram os locais de observação do uso de celulares por Amparo Lasen em Madri, Londres e Paris. A pesquisa mostrou que em Madri e Paris as pessoas sentiam-se mais à vontade para conversar nas ruas onde há menos possibilidades de serem ouvidos que em locais privados ou fechados, apesar dos jovens nas três cidades não se importarem de serem ouvidos. Em Paris e Madri, as pessoas têm mais o hábito de pararem no meio das calçadas para falar ao celular, enquanto em Londres surgem as zonas temporárias para telefone, onde as pessoas param nas esquinas ou nos lados das ruas para conversarem no celular. Os parisienses, contudo, são os mais preocupados com a mistura entre as fronteiras públicas e privadas e reclamam quando o uso do celular os incomoda. Em Paris e Londres as pessoas utilizam-se de várias estratégias para separar a conversa pelo telefone da interação co-presente no espaço público e consideram a ligação como uma interrupção, diferentemente de Madri, em que a ligação tem prioridade e deve ser respondida, mesmo que em locais proibidos (Lasen, 2005:70).

Há de ser ressaltado que muitos destes usos em locais públicos estão estritamente relacionados com aspectos culturais do país. Leopoldina Fortunati, pesquisadora italiana, pontua que na Itália o uso dos celulares mesmo que em locais públicos está relacionado com o individualismo e com a grande flexibilidade que os italianos desenvolveram no mundo do trabalho, qualidades que estão vinculadas a uma espécie de “caráter nacional”, o que acaba por demonstrar uma espécie de descaso com o espaço público e a conversação neste espaço é uma “propriedade comum” (Fortunati apud Green e Haddon, 2009:65).

Nas Filipinas, por exemplo, Paragas verificou o uso dos celulares em transportes públicos mais populares com verdadeiras multidões de pessoas e a aceitação e normalidade ao

atender uma ligação num meio como estes. Ainda nos transportes mais seletos, é aceitável a conversa pelos celulares, de forma mais curta e em tons mais baixos e evitando conversas pessoais.

O caso das Filipinas é exatamente o contrário do caso japonês em que a conversa via celulares é considerada rude e coletivamente censurada e policiada.

Mizuko Ito, em um estudo nos trens e metrô japoneses, confirmou que de cada cem casos observados, quase todos envolviam mensagens de texto e quando ligações eram recebidas - não houve registros de ligações iniciadas pelos observados nos transportes- eram imediatamente interrompidas. Independentemente da idade, os entrevistados disseram que não efetuam ligações nos transportes, e quando recebidas e atendidas por algumas pessoas, seriam rapidamente encerradas. Os usuários que se consideravam mais assíduos nos usos dos celulares (*heavy users*) afirmavam colocar o celular no silencioso assim que saíam de casa, uma vez que o telefone a tocar também é considerado uma violação do espaço público (Ito, 2005).

Deste modo, pode-se perceber que “os fatores culturais de fato moldam aquilo que é considerado espaço pessoal e conseqüentemente, quais comunicações são consideradas privadas em diferentes cenários públicos” (Green e Haddon, 2009:66).

O problema com os celulares também abrange outros locais considerados socialmente públicos como os teatros, cinemas e escolas. Em muitos cinemas, por exemplo, apesar do pedido para desligar os celulares antes do início do filme, ainda é possível encontrar pessoas que deixam seus aparelhos ligados e recebem ligações durante o filme e muitas ainda atendem a ligação e mantêm uma conversa. Esta atitude de falta de civismo levou um cinema na Irlanda a instalar um bloqueador de sinal de celulares a fim de evitar o descontentamento e a falta de respeito dos clientes, entretanto a Entidade Reguladora das Comunicações naquele país obrigou a retirada do bloqueador por infringir a lei.

Por outro lado, em Nova Iorque foi introduzida uma lei em 2003 banindo o uso de celulares ou pagers em shows, cinemas, teatros, museus e bibliotecas e a infração desta lei pode custar 50 dólares de multa.

As escolas também têm sido alvo constante de problemas que envolvem uma questão de etiqueta ou civismo e os celulares. No Brasil, apesar da proibição em muitas escolas, a presença do celular é constante, principalmente entre os adolescentes. A fim de evitar que o celular toque na sala de aula, adolescentes e crianças colocam o aparelho no modo silencioso

e driblando a atenção dos professores, enviam mensagens de texto, ouvem músicas, filmam a aula e por vezes, atendem ligações.

Estes vídeos depois são disponibilizados na internet através de sites de vídeo como o YouTube ou através das redes sociais. Não é difícil encontrar vídeos de professores que não sabem que estão sendo filmados ou mesmo de outros que perdem a cabeça com o incômodo provocado pelos aparelhos dos alunos durante as aulas.

5. OS CELULARES E O ESPAÇO PÚBLICO

A noção do que conhecemos por espaço público foi sendo alterada ao longo dos tempos à medida que novas tecnologias foram desenvolvidas e incorporadas na vida diária dos cidadãos, especialmente as tecnologias dos transportes. Green e Haddon (2009) pontuam que com a chegada do trem a vapor na Europa, a viagem passou a ser mais democratizada em comparação às antigas carruagens particulares do passado. As pessoas, que não estavam acostumadas a esta partilha do espaço com estranhos tiveram de estabelecer novas formas de interação ou de não interação enquanto viajavam na companhia de pessoas que não conheciam.

Georg Simmel (*apud* Green and Haddon, 2009:52) em seus estudos sobre as interações diárias na modernidade observou a relevância dos espaços públicos- especialmente os transportes - para a cultura da metrópole moderna. Segundo Simmel, as culturas destes espaços urbanos adotaram uma postura de indiferença, uma racionalidade no que diz respeito aos “negócios”¹ do dia-a-dia, o que resulta numa atitude de reserva, uma relutância em engajar com a “estranheza” destes outros anônimos e acabam por formar um escudo protetor para o indivíduo.

Um grande aliado na formação e manutenção deste escudo protetor em espaços públicos são as tecnologias da mobilidade, desde o antigo walkman e mais recentemente os MP3 players, Ipods e os celulares. Especificamente no caso dos celulares, existe uma vasta gama de espaços públicos a serem transformados, graças ao seu potencial de ser usado a qualquer momento e em qualquer lugar. A grande dificuldade que envolve os celulares é como as pessoas gerem suas relações e a co-presença no mesmo ambiente (Green e Haddon, 2009).

¹ Grifo do autor

Usando a terminologia de Goffman, pode-se argumentar que o celular cria a procura de uma forma ampliada de "inatenção civil", que é algo particularmente difícil de se garantir.

O modo tradicional de inatenção civil é essencialmente definido num sentido visual: não olhando fixamente nos olhos de outra pessoa. Tal distanciamento visual é altamente viável por dois motivos: é fácil de praticar, porque olhar é uma atividade deliberada todo mundo tem sob seu controle; é fácil de verificar porque olhares são tipos de comportamento visíveis. O celular força o espectador a ampliar a esfera da inatenção civil para o nível de áudio: não ouvir os discursos da pessoa presente, o que é evidentemente mais difícil (Geser, 2004:37).

O trabalho de Goffman é muito útil para a compreensão do cenário social e o comportamento normativo no que se refere a como e porque as pessoas usam os celulares em público. Para Goffman, existem dois tipos de indivíduos, os “sozinhos” e os “com”, que significa pessoas sozinhas ou que estejam acompanhadas de outras pessoas. Os “sozinhos” estão muito mais vulneráveis ao contato de outras pessoas e podem ser julgados mais duramente que os “com”(Humphreys, 2005).

Estas pessoas que se encontram sozinhas tentam compensar o fato de estarem sozinhas e de se sentirem vulneráveis usando mecanismos de auto-defesa para justificar sua presença solitária em espaços públicos, como ler um jornal ou revista, tomar um café ou mesmo manusear o celular, de forma a evitar que qualquer pessoa estranha se aproxime ou inicie uma conversa. Estes mecanismos, então, funcionam como uma espécie de escudo protetor contra a invasão de outras pessoas (Humphreys, 2005:814).

Independentemente do uso do celular ou de outra tecnologia móvel por uma pessoa que está sozinha ou acompanhada, o fato é que as pessoas se apresentam de certa maneira em público, quando fazem uma espécie de “gestão da impressão” de acordo com Goffman, e um outro modo de apresentação quando estão sozinhas ou em um espaço privado, como a casa ou o quarto. Este último, é o momento em que o indivíduo pode realizar atividades mais mundanas para a manutenção de sua imagem, como conferir o cabelo, ajustar a roupa, entre outras, e o celular perturba essa bifurcação, proporcionando uma convergência entre o “eu” público e o privado (Ling e Donner, 2009).

As tecnologias sem fios podem privatizar e divulgar, atomizar e coletivizar. Para Humphreys (2005:828):

Os celulares privatizam e atomizam os espaços públicos à medida que os usuários de celulares bloqueiam os outros que estão próximos; no entanto, os

usuários de celular podem divulgar suas informações privadas que eles utilizam seus celulares em voz alta em público. Os celulares podem permitir um maior contato mediado entre as pessoas, devido a sua flexibilidade e mobilidade, que por sua vez pode levar a uma função global de coletivização da sociedade.

Apesar de muitos estarem cientes da não adequação do uso dos celulares em determinados espaços públicos não impede de que muitos indivíduos que fazem ou recebem ligações desprezem as interações normativas de inatenção civil – o que envolvem a demonstração de indiferença em relação aos outros- e ignorem aqueles também presentes no mesmo espaço -as pessoas que realizam estas ligações agem como se não houvesse mais ninguém compartilhando o mesmo espaço (Green e Haddon, 2009:60).

De fato, os celulares podem tornar mais fácil o estar cercado geograficamente por estranhos (por exemplo, em regiões urbanas populosas), pois oferecem um refúgio, uma "opção de escape virtual" proporcionando ao indivíduo estar em contato apenas com quem deseja (Geser, 2004:12)

Dada a falta de qualquer estrutura ambiental de apoio ou facilitadora, realizar ligações privadas em público pressupõe uma maior tolerância: por parte daqueles que ligam pois têm de estar dispostos a discutir assuntos privados em ambientes onde há estranhos que podem ouvir a conversa; por parte dos “espectadores”, que podem se sentir invadidos ou desrespeitados quando são forçados a ouvir estas conversas (Geser, 2004:36)

Por sua vez, os indivíduos que estabelecem ligações em locais com a presença de outras pessoas, devem ser capazes de gerir o contato remoto, ou seja, com a pessoa do outro lado da linha, mas também o contato com aqueles co-presentes, que partilham o mesmo espaço e com quem potencialmente foi estabelecida alguma comunicação antes da interrupção da ligação.

Em sua análise sobre as relações sociais e diferentes situações que as pessoas vivenciam ao se comunicarem via internet ou via celular, Friedrich Krotz verifica que tanto a internet como o celular separam uma pessoa de uma situação presencial em que ela já esteja envolvida (2005: 455).

Ao receber uma ligação pelo celular, deve haver um afastamento da interação com a situação social pré-existente e com outros canais de interação para responder ao telefone, o que é feito através do uso de vários rituais de desengajamento. Além disso, é preciso levantar

vários tipos de gestos de exclusão para aqueles que estão no contexto físico imediato (Ling, 2001:13).

Os indivíduos co-presentes que não receberam uma ligação devem passar por um processo semelhante e devem extrair a pessoa ao telefone de sua situação local. Toda esta nova arrumação acontece em segundos, o que é tempo suficientemente para perturbar a ordem ou ofender outras pessoas.

Em comparação com a leitura de jornais ou a ouvir música no Walkman, porém, a utilização de celulares é uma forma bastante "ofensiva", na medida que as conversas próprias são capazes de perturbar a privacidade de outras pessoas próximas, especialmente sob condições em que esses outros não têm condições de se retirarem (por exemplo, em restaurantes ou ônibus).

Para Höflich, o celular representa uma perturbação de diversas maneiras:

Quando ele está tocando, uma produção audível conectada a uma chamada recebida, representa novos mundos de sons que trazem desafios acústicos, especialmente quando estão num volume alto. Ainda, há a conversa em alta voz, ou mesmo simplesmente a conversa onde isto é normalmente proibido (2006:23).

No que se refere às reclamações sobre as ligações recebidas em locais públicos, as campeãs em queixas são aquelas em que o indivíduo que recebe a ligação fala muito alto (Ling, 2001:18).

Para o autor, desde pequenos, quando aprendemos a falar as primeiras palavras, somos colocados no telefone e orientados para falar de forma clara e alta para que a outra pessoa do outro lado da linha possa ouvir. “As crianças pequenas geralmente se encontram com um aparelho não familiar empurrado em suas orelhas e tendo de atender o pedido de “Diga olá para a vovó”” (Ling, 2001:19).

Contudo, se estamos em um local com barulho ou se temos o celular mal posicionado na orelha, o som que nos chega parecerá baixo e tenderemos a falar mais alto. Ainda, se uma pessoa se envolve na conversa pelo celular, a tendência é esquecer o cenário a qual faz parte naquele momento e deixar-se levar pela conversa.

Face a estes indivíduos com este tipo de comportamento, por vezes somos obrigados a ouvir detalhes de assuntos pessoais que envolvem os mais diversos temas, como

relacionamentos, brigas, fofocas, palavrões e sobretudo, por vezes, ouvir em um volume superior ao desejado.

Do mesmo modo que existem normas associadas a como atender o telefone, já começam a haver normas no que diz respeito a como se desculpar face a situações sociais já existentes para atender uma ligação no celular. Estas incluem pistas verbais, o fechamento da linguagem corporal e se possível, a saída da área em que se encontra e quando isso não é possível, há pelo menos uma mudança na posição do corpo, como um virar de costas.

OBSERVAÇÕES FINAIS

As novas tecnologias de informação e comunicação além de serem algo inovador também fazem com que as pessoas adotem novos hábitos; ocorre, na verdade, uma mudança social. Uma mudança social no sentido de novas práticas, em novos locais, mediadas cada vez mais por tecnologias, como os celulares.

Com a disseminação dos celulares, sobretudo entre jovens e crianças, é cada vez mais comum nos depararmos com pessoas utilizando esses aparelhos nos mais inusitados locais, sobretudo, em espaços públicos. O que é fato é que, à medida que são usados em espaços públicos, podem provocar alguma perturbação neste ambiente, seja pelo local em si, como pela forma como é utilizado.

Consoante um uso crescente destas tecnologias nestes espaços, há que se contar principalmente com o bom senso e alguma etiqueta dos usuários, o que nem sempre é possível. Muitas pessoas forçam os co-presentes a participarem de conversas que não estão interessados ou a ouvirem toques que não agradam em espaços fechados, onde não é possível sair.

A longo prazo, pode-se prever tendências de cerceamento ou de limitações da liberdade no que respeita a utilização destas tecnologias em público, numa tentativa de respeitar o espaço do outro e ao mesmo tempo tentar manter uma certa ordem, como ocorre já com o cigarro e seu consumo em locais públicos, como transportes e restaurantes.

Ainda, novos padrões de educação e, sobretudo, de literacia para estas tecnologias podem e devem surgir a fim de orientarem e conscientizarem os cidadãos desde pequenos de padrões básicos de civismo e noções de cidadania que se deve ter ao conviver em público com outras pessoas.

No entanto, enquanto isto não acontece, o que se percebe é cada vez mais a proibição do uso dos celulares nas escolas, nos cinemas, nos teatros e a constante tentativa do cidadão de burlar estas regras.

Não obstante vale ressaltar que este trabalho retrata apenas alguns aspectos do uso das tecnologias móveis nos espaços públicos, mas há uma gama muito maior de nuances a serem estudadas, como a relevância dessas tecnologias para o empoderamento de crianças, jovens e mulheres nesses espaços no que diz respeito a segurança ou a sensação de estar seguro. A vigilância vivenciada diariamente pela presença de câmeras em todos os locais – cada celular é uma câmera pronta para registrar qualquer situação ou pessoa a qualquer momento e, por último, o uso dessa tecnologia e da internet para organização de mobilização e concentração de atividades nos espaços públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCKINGHAM, D. *Introducing Identity. Youth, Identity, and Digital Media*. Edited by David Buckingham. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.

DROTNER, K.; LIVINGSTONE, S. (Eds.) *The International Handbook of Children, Media and Culture*. London: Sage, 2008.

GESER, H. *Towards a Sociology of the Mobile Phone*. In: *Sociology in Switzerland: Sociology of the Mobile Phone*. Online Publications. Zuerich, 2004. Disponível em: http://socio.ch/mobile/t_geser1.pdf

GREEN, N.; HADDON, L. *Mobile Communications*. London: Berg, 2009.

HERRING, S. C. *Questioning the Generational Divide: Technological Exoticism and Adult Constructions of Online Youth Identity*. *Youth, Identity, and Digital Media*. Edited by David Buckingham. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.

HÖFLICH, J. *Places of life – Places of Communication: Observations of Mobile Phone Usage in Public Places* in Höfllich, J.; Hartmann, M. *Mobile Communication in Everyday Life: Ethnographic Views, Observations and Reflections*. Berlin: Frank & Time, 2006.

HUMPHREYS, L. *Cellphones in public: social interactions in a wireless era*. *New Media & Society*. Vol 7(6):810–833. Sage: London, 2005.



ITO, M. Mobile Phones, Japanese Youth and the Re-placement of Social Contact in Ling, R.; Pedersen, P.E. *Mobile Communications: Re-negotiation of Social Sphere*. London: Springer, 2005.

KATZ, J.E.; AAKHUS, M. (eds) *Perpetual Contact: Mobile Communication, Private Talk, Public Performance*. New York: Cambridge University Press, 2002.

KROTZ, F. Mobile Communications, the Internet and the Net of Social Relations - A Theoretical Framework in NYIRI, K. (ed.) *A Sense of Place. The Global and the Local in Mobile Communication*, Vienna: Passagen Verlag, 2005.

LASEN, A. Understanding mobile phone users and usage. *Wireless Future Studies*, n.4. Vodafone Group R&D.. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/6477/1/WFS4_UnderstandingMobilePhoneUsersAndUsage.pdf>

LING, R. *The social juxtaposition of mobile phone conversations in public space*. Departamento de Investigação e Desenvolvimento da Telenor, Noruega, 2001.

LING, R. e DONNER, J. *Mobile Communication*. Canbridge: Polity Press, 2009.

LIVINGSTONE, S. Mediated childhoods: a comparative approach to young people's changing media environment in Europe. *European Journal of Communication*, 13 (4), 1998.

_____. *Young People and New Media: Childhood and the Changing Media Environment*. London: Sage, 2002.

_____. In defense of privacy: mediating the public/private boundary at home. In: Livingstone, S., (ed.) *Audiences and Publics: When Cultural Engagement Matters for the Public Sphere*. Bristol: Intellect Books, 2005

MONTGOMERY, Kathryn C. Youth and Digital Democracy: Intersections of Practice, Policy, and the Marketplace. *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth*. Edited by W. Lance Bennett. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.

MORLEY, D.; SILVERSTONE, R. Domestic communication- technologies and meanings. *Media, Culture and Society*.v.12 London: Sage, 1990.

MORLEY, D. Belongings: Place, space and identity in a mediated world. *European Journal of Cultural Studies*. v.4. London: Sage, 2001.

NYIRI, K. (ed.) *A Sense of Place. The Global and the Local in Mobile Communication*, Vienna: Passagen Verlag, 2005.



PARAGAS, F. Being Mobile with the Mobile: Cellular Telephony and Renegotiations of Public Transport as Public Sphere in Ling, R.; Pedersen, P.E. *Mobile Communications: Renegotiation of Social Sphere*. London: Springer, 2005.

SHELLER, M.; URRY, J. Mobile Transformations of “Public” and “Private” life. *Theory Culture Society*, 20, 2003.

TURNER, M.; LOVE, S.; HOWELL, M. Understanding emotions experienced when using a mobile phone in public: The social usability of mobile (cellular) telephones. *Telematics and Informatics*, 25, 2008.

Original recebido em: 01-08-2015

Aceito para publicação em: 15 de agosto de 2016

Kárita Cristina Francisco

Jornalista, doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e membro do Centro de Investigação Media e Jornalismo.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons.

